

FASCISMO E RELAÇÕES DE FORÇA: UMA ANÁLISE
FASCISM AND RELATIONS OF FORCE: AN ANALYSIS
FASCISMO Y RELACIONES DE FUERZA: UM ANÁLISIS

Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos¹

RESUMO:

O problema é: em termos históricos e sob a ótica gramsciana da análise de relações de força, como esboçar a análise de um nexo do fascismo com a conjuntura das primeiras décadas do século XXI? A hipótese embrionária é de que há elementos de longa duração histórica relacionados ao fascismo que se manifestam nacional e globalmente de forma desigual e combinada. O argumento percorrerá a seguinte ordem, sob o prisma da pergunta enunciada: uma breve apresentação da análise das relações de força, seguida de aspectos de longa duração histórica nos Estados Unidos e na Europa e, por fim, uma sumária análise sobre o Brasil. As considerações finais apresentarão uma síntese e elementos para futuras elaborações.

PALAVRAS-CHAVE: Fascismo. Relações de Força. Nacional. Internacional.

ABSTRACT:

The problem is: in historical terms and under the Gramscian perspective of the analysis of power relations, how is it possible to outline the analysis of a link between fascism and the conjuncture of the first decades of the 21st century? The embryonic hypothesis is that there are historically long-lasting elements related to fascism that manifest themselves nationally and globally in an unequal and combined way. The argument will run in the following order, under the prism of the question raised: a brief presentation of the analysis of power relations, followed by long-term historical aspects in the United States and Europe, and finally, a summary analysis of Brazil. The final considerations will present a synthesis and elements for future elaboration.

KEYWORDS: Fascism. Relations of Force. National. International.

RESUMÉN:

El problema es: en términos históricos y bajo la perspectiva gramsciana del análisis de las relaciones de poder, ¿cómo delinear el análisis de un vínculo entre el fascismo y la coyuntura de las primeras décadas del siglo XXI? La hipótesis embrionaria es que existen elementos históricamente duraderos relacionados con el fascismo que se manifiestan a nivel nacional y global de manera desigual y combinada. El argumento se desarrollará en el siguiente orden, bajo el prisma de la pregunta planteada: una breve presentación del análisis de las relaciones de poder, seguida de aspectos históricos de largo plazo en Estados Unidos y Europa, y finalmente, un análisis sumario de Brasil. Las consideraciones finales presentarán una síntesis y elementos para elaboración futura.

PALABRAS CLAVE: Fascismo. Relaciones de Fuerza. Nacional. Internacional.

INTRODUÇÃO

As análises que mobilizam o nexo entre o fascismo, as diferentes tendências autoritárias e de extrema-direita e a crise orgânica do capitalismo das primeiras décadas do século XX e do início do século XXI podem suscitar, por vezes, uma transposição conceitual de aspectos das distintas temporalidades históricas de curta e longa duração pertinentes a tais ocorrências, gerando equívocos no raciocínio. Isto porque pode-se não considerar especificidades, eventuais continuidades e rupturas que envolvem os dois momentos.

As alternativas que poderiam ser formuladas a partir do legado de Gramsci se inseririam em termos de uma metodologia histórica que busque uma tradução (ressignificação que guarda algum nexo com as suas manifestações e formulações originais) recíproca e mediadora entre estruturas e superestruturas, combinando a totalidade de elementos conjunturais e de longa duração em termos de todas as suas potencialidades e possibilidades de desenvolvimento quanto a tais forças históricas. ou mesmo de uma resignificação, reconceitualização de tais termos. Pergunta-se: em termos históricos, como esboçar a análise de um nexo do fascismo com a conjuntura das primeiras décadas do século XXI? A hipótese embrionária é de que há elementos de longa duração histórica relacionados ao fascismo que se manifestam nacional e globalmente de forma desigual e combinada. O argumento percorrerá a seguinte ordem, sob o prisma da pergunta enunciada: uma breve apresentação da análise das relações de força, seguida de aspectos de longa duração histórica nos Estados Unidos e na Europa e, por fim, uma sumária análise sobre o Brasil. As considerações finais apresentarão uma síntese e elementos para futuras elaborações.

Entende-se que o fascismo é bastante complexo e demanda, num primeiro momento, um grande cuidado que vai além de uma tradução como uma mera reconceitualização e respectiva aplicação em outro contexto histórico como aquele das primeiras décadas do século XXI. Há que se ponderar melhor o uso destes termos. É verdade que o termo e o conteúdo do “fascismo” foi usado, como se observará, em diferentes contextos e análises, mediado na sua conceitualização por sua contextualização em diferentes contextos históricos por distintos expoentes do materialismo histórico, como poder-se-á observar a seguir. Nesta etapa do argumento, sugere-se como hipótese que as distintas análises do materialismo histórico (e algumas delas não pertencentes ao

marxismo, mas em certo sentido convergentes e tributárias) aqui tratadas sugerem elementos para uma análise mais profunda, ainda por ser desenvolvida, que se coadune com a metodologia histórica em questão, chamada por Gramsci de análise de relações de força. Nosso foco buscará, de forma sumária, mobilizar aspectos de longa duração que fornecem elementos para a análise do nexo orgânico entre nacional e internacional, com especial ênfase para sugerir aspectos das ocorrências de extrema direita do início do século XXI.

Há aspectos de longa duração que incidem sobre as manifestações regressivas de extrema-direita em curso na segunda década do século XXI. Buscar situá-las sumariamente de forma geral nas próximas seções visando a sua tradução entre o plano nacional e o plano internacional, bem como uma determinação mediadora e recíproca de aspectos das estruturas e superestruturas enquanto análise de relações de força, a metodologia histórica gramsciana GRAMSCI, 1977: p. 1578-1589), se constitui num exercício nada simples que pode sugerir diferentes combinações de parte e todo, conjunturas e seus desdobramentos e rupturas com tendências de longa duração. O objetivo é examinar em linhas gerais algumas das condições históricas de longa duração que levaram à emergência de governos com o perfil extremado referido dentro das relações de força, evitando a explicação em termos somente conjunturais e unidimensionais. Assim, apresentar-se-á uma brevíssima análise do panorama que deu ensejo às forças históricas e sociais que possibilitaram tal configuração de forças que permitiu ascender governos como Bolsonaro, Trump, Duterte, Orbán, Morawiecki, dentre outros.

EUROPA E ESTADOS UNIDOS

São muitas as possibilidades de recorte histórico que ligam tal perfil àquele existente no primeiro quartel do século XXI. A título de exemplificação, existem análises que ressaltam elementos de longa duração histórica e aspectos de alguma continuidade de alguns componentes do fascismo junto com a emergência de outros aspectos, como aquelas de Theodor Adorno (2019; 2020), no tocante à Alemanha e aos Estados Unidos, embora com algumas premissas marxistas distintas da abordagem de Gramsci. Oportunamente, alguns aspectos destas análises serão usados na nossa linha de argumento.

Em termos gramscianos, uma abordagem que faça jus à filosofia da práxis enquanto materialismo histórico deve contemplar várias temporalidades de transformação das

distintas dimensões que envolvem estrutura e superestrutura, a tradução recíproca e de forma não mecânica entre ambas, bem como as suas respectivas mudanças em maior ou menor grau nas conjunturas e nos períodos de maior duração. Neste diapasão, a temporalidade histórica do assim chamado breve “século XX” que pautou a periodização nomeada por Eric Hobsbawm como “Era dos Extremos” (1914-1991) é permeada, ao menos em parte, por outra manifestação histórica relevante pertinente à unidade orgânica dos planos nacional e internacional e se liga ao perfil conservador e autoritário que marcam muitas diferentes possibilidades com tal marca no início do século XXI. Num tempo histórico, ela faz parte do curto século XX analisado e dentro do escopo do olhar crítico do historiador britânico, mas também extrapola tal periodização. Por um lado, vários dos componentes superestruturais de longa duração relacionados ao bloco soviético e suas classes dominantes se esgotaram. Por outro, tudo isto abriu caminho para o recrudescimento ainda maior da piora das condições das classes trabalhadoras em escala global, ainda que de forma não uniforme, acentuando os efeitos de um importante referencial de crise que pauta o nosso argumento. Em curtas palavras, vários aspectos da passivização nas distintas manifestações hegemônicas nacionais que representassem um consenso alternativo e cooptador das classes hegemônicas através da concretização de algumas demandas subalternas – direitos, seguridade social, salários mais elevados - na Guerra Fria não faziam mais sentido para concorrer com o modelo soviético.

A crise em questão pareceu se iniciar nos anos 70 do século XX, talvez em 1973 e prolongou-se em distintas manifestações até a década de 90. Por um lado, uma crise de lucratividade do grande capital financeiro internacional que buscou alternativas nos países periféricos aliada a uma significativa transformação tecnológica nos processos produtivos econômicos (BIELER; MORTON, 2018: p. 165), transferindo-se plantas industriais, investimentos e muitas instalações dos países centrais para Estados com condições de menor custo. Ondas de crescimento econômico desiguais continuaram neste período embora não comparáveis com os momentos de maior crescimento após o período imediato a 1945, com intervalos de recessão nos países mais desenvolvidos. O mesmo não podia ser dito em relação à América Latina, à África, e ao Oeste asiático, nos quais os períodos de maior recessão mundial entre 1973-1975, 1981-1983 se prolongaram de modo devastador. O declínio do PIB (variando entre 20 e 30%) e da produção industrial do Leste Europeu e da antiga União Soviética entre os anos 80 e 90 completaram este quadro.

Por outro, uma crise econômica com efeitos abrangentes, desiguais e com distintas erupções “de recessão econômica” nacionais e internacionais (HOBSBAWM, 1995: p. 393-420), prolongando-se com um novo marco recessivo inaugurado em 2008. Havia antes, no final do “curto século XX”, elementos de estabilização econômica mais fortes que outrora, mas o advento de governos neoliberais começou a minar tais mecanismos. No dizer de Hobsbawm (1995: p. 394), com a dificuldade de explicar tal ocorrência longa e na medida em que tal longo período recessivo “ainda continuava no fim do Breve Século XX, talvez tenhamos de esperar alguns anos até que os economistas possam usar a arma última dos historiadores, a visão retrospectiva, para encontrar uma explicação convincente”. Ressalve-se que, mantendo-se intocado o princípio da produção e consumo em massa fordista, sugere-se a tradução (enquanto conjunto de transformações e ressignificações mantendo aspectos do sentido original, no âmbito da totalidade histórica; traduções, portanto, no sentido gramsciano) e com o advento de uma hegemonia neoliberal, combinam-se e traduzem-se elementos estruturais e superestruturais nas distintas sociedades que germinaram as condições para governos de extrema-direita. Busquemos analisar brevemente alguns casos relevantes. Primeiro, os Estados Unidos, seguidos da Europa e do Brasil.

Um fato que se relaciona de forma desigual mas igualmente presente a todos os casos sumariamente analisados é a crescente e sempre dinâmica ascensão econômica chinesa e o desemprego estrutural – postos de emprego jamais recuperados - crescente em todas as regiões do planeta, além das transformações tecnológicas. Algumas destas tendências desdobradas desse quadro de uma crise econômica quase permanente, de efeitos duradouros, contribuiu para gerar as condições que permitem hoje um ascenso desigual, mas significativo, de forças autoritárias e bastante regressivas em escala global.

Como algumas das nossas hipóteses preliminares, a ascensão da extrema-direita nos Estados Unidos com Trump está longe de ser um fenômeno recente, bem como a sua derrota eleitoral em 2020 não caracteriza o esgotamento das forças sociais e históricas que permitiram tal ocorrência. Uma das hipóteses defendidas por uma certa literatura é de que a ascensão da nova direita estadunidense tem suas origens nos anos 70 do século XX, muito provavelmente com os empregos estruturalmente perdidos – e jamais recuperados – desde a tendência de transferência de empregos, instalações e investimentos de parte significativo do capital financeiro desde este período para a periferia do capitalismo. Estudos

demonstraram desde a década de 90 a correlação entre a perda de empregos em decorrência das manufaturas chinesas em cidades norte-americanas mais conservadoras, de perfil étnico majoritariamente branco e com posições opostas à imigração e a acordos multilaterais, no que se refere ao posicionamento pró-republicanos e, mais recentemente, pró-Trump. (BOYLE; ROSENBERG, 2019: p. e49).

Todavia, embora de difícil resposta, não seria impertinente perguntar-se sobre uma outra hipótese, que mobiliza alguns aspectos correlatos de uma ainda mais extensa duração que permitiram a ascensão do ex-presidente estadunidense. Neste sentido, vale a lembrança de que o intelectual orgânico do conteúdo de cunho fordista da nascente hegemonia norte-americana analisada por Gramsci e fundador da montadora homônima, Henry Ford, teceu escritos de conteúdo antissemita assumidamente tomados como fontes por nazistas de primeira ordem, como Von Schirach e Himmler (LOSURDO, 2010: p. 121).

Em registro semelhante, um relatório de pesquisa – parte de uma investigação mais ampla sobre a personalidade autoritária produzido por Theodor Adorno e Max Horkheimer em seus exílios estadunidenses - levantou tendências por vezes ignoradas que são absolutamente cabíveis à discussão aqui proposta. O trecho abaixo (WIGGERHAUSS, 2006: p. 397-398), embora longo, traz um ponto extremamente relevante para esta análise:

Em outra ocasião, em sua comunicação no simpósio psiquiátrico em San Francisco, Horkheimer defendera a tese de que o anti-semitismo (*sic*) social era pior nos Estados Unidos do que na Europa, e essa intensidade do anti-semitismo levava a pensar que a diferença entre as duas populações poderia, muito bem, ser perigosamente reduzida no plano psicológico – se se deixassem de lado as diferenças gritantes entre os Estados Unidos e o Terceiro Reich.

Horkheimer não ousava visivelmente enunciar as conseqüências (*sic*) dessa tese e das reflexões teóricas que ele fizera com Adorno. Se – como o relatório também afirmava – só uma minoria dos alemães era anti-semita, se o anti-semitismo latente, ardendo sob as cinzas, era um componente da civilização ocidental, se a minoria anti-semita tinha sabido levar, em poucos anos, seu anti-semitismo declarado até o genocídio industrializado, não se deveria esperar um fenômeno análogo nos Estados Unidos? Com suas estruturas capitalistas muito mais desenvolvidas, que nenhum movimento operário de inspiração socialista vinha questionar, com sua indústria cultural muito mais extensa e frustrante, com seu etnocentrismo mais marcado e sua história colocada sob o signo de uma franca violência, era de temer que um anti-semitismo potencial bem mais vasto e agressivo, já presente em condições políticas e econômicas bem menos críticas do que a Alemanha, passasse a ser uma anti-semitismo declarado e violento. E como explicar, a partir de tais teorias, o pouco êxito dos agitadores da costa oeste? Que posição deveria ser dada ao anti-semitismo em relação ao racismo exercido contra os

negros e à política de extermínio dos índios e confinamento em suas reservas? Quais eram as especificidades da variante americana da civilização ocidental – variante amplamente “desembaraçada” da tradição européia (*sic*)? Todas essas questões impunham-se numa apresentação do contexto americano e, no entanto, foram evitadas, talvez, em parte, em consideração ao país hospedeiro e aos interesses dos patrocinadores [da pesquisa], em parte, devido ao caráter provisório do relatório.

Adorno (2019: p. 88-89) admitira vagamente a possibilidade de adesão ao fascismo nos Estados Unidos nestes termos:

Caso se argumente que a propaganda fascista engana as pessoas fazendo-as acreditar que sua situação irá melhorar, então surge a questão: por que elas são tão facilmente enganadas? Por causa, pode-se supor, de suas estruturas de personalidade; por causa de padrões de expectativas, medos e angústias há muito estabelecidos que a dispõem a certas crenças e as tornam resistentes a outras. A tarefa da propaganda fascista, em outras palavras, torna-se mais fácil dependendo do grau em que potenciais antidemocráticos já existem na grande massa de pessoas. Pode-se admitir que, na Alemanha, as transformações e os conflitos econômicos dentro da sociedade foram tais que, apenas por essa razão, o triunfo do fascismo era cedo ou tarde inevitável; mas os líderes nazistas não agiram como se eles acreditassem nisso, pelo contrário, eles agiram como se fosse necessário a todo momento levar em conta a psicologia das pessoas – ativando cada grama de seu potencial antidemocrático, ajustando-se a elas, eliminando a mais tênue centelha de rebelião. Parece evidente que qualquer tentativa de estimar as chances de triunfo do fascismo na América deve considerar o potencial existente no caráter das pessoas. Aqui repousa não apenas a susceptibilidade à propaganda antidemocrática, mas também as fontes mais confiáveis de resistência a ela.

Buscando-se o sentido disto em termos de uma história de longa duração, nada nesta formulação desautoriza a hipótese de que as manifestações de extrema-direita norte-americanas possuem raízes mais profundas na história.

Passando-se ao caso da Europa, como se pode fazer uma rápida caracterização do quadro afim à extrema direita, suas ideias e manifestações nas duas primeiras décadas do século XXI?

Tendências cada vez mais à direita foram observadas na Grã-Bretanha, com fortes reflexos em perfil semelhante do eleitorado no resultado favorável ao BREXIT, em vista também do deslocamento industrial para a China. Além disso, a desindustrialização britânica se deu como parte de um processo de deslocamento em longo processo histórico da centralidade financeira e industrial da Grã-Bretanha para a Alemanha em função do volume de investimentos dos EUA e menores custos de sua mão de obra (BUCKLE; GLUCKSMANN; THERBORN, 1981).

Tudo isto afetou regiões específicas que jamais se recuperaram, associando-se o

perfil do eleitorado em boa medida a uma ideologia xenófoba e de direita. Políticas nacionais de cunho autoritário e xenófobo, aliadas a todo o legado de crise orgânica e estatal de anos de hegemonia neoliberal criaram as condições para um quadro nestes termos (JESSOP, 2017 e 2018). Na Alemanha, esta tendência foi mitigada por um forte crescimento na exportação de manufaturas, uma distribuição mais equilibrada da indústria e políticas de seguridade e assistência aos trabalhadores desempregados pelos choques comerciais pró-China (BOYLE; ROSENBERG, 2019: p. e49).

Sempre foram significativas na Europa como um todo desde a década de 90 e em fatias relevantes dos eleitorados nacionais a votação em partidos e coalizões de extrema-direita. Chama a atenção, em particular, a força da extrema-direita na Europa do Leste, justamente nos antigos Estados do Pacto de Varsóvia, a antiga República Democrática Alemã, a Polônia, a Hungria e os Estados surgidos do esfacelamento fratricida iugoslavo. Casos como os da Polônia e da Hungria tiveram suas próprias versões de combinação de neoliberalismo e de ascenso de ideologias de governos de direita e de extrema-direita (SHIELDS, 2012).

Em termos sumários, significativos elementos superestruturais em termos de ideologia (e outros de natureza estrutural) criaram uma potencial rejeição do legado stalinista, dado o contexto histórico de jugo de Moscou sobre vários países daquela região e o vertiginoso declínio econômico de toda a região desde 1960. As repressões brutais de tentativas de liberalização da União Soviética e na Hungria e na Tchecoslováquia deixaram tal marca, a despeito de contraditórias iniciativas de abertura nos anos 80. Na Polônia, o movimento Solidariedade e a igreja católica foram significativas forças organizadas contra Moscou.

O antigo etnofederalismo iugoslavo se desenvolveu de forma a fomentar as lutas entre suas classes dominantes, fustigadas em boa medida pelo favorecimento histórico das repúblicas que produziam bens manufaturados, em detrimento daquelas que forneciam matérias-primas e produtos agrícolas. Kosovo e a Croácia foram prejudicadas. A memória da postura pró-alemã destas regiões na Segunda Guerra alimentou esta posição. Sérvia, Eslovênia e Montenegro foram favorecidas, junto com a presença dominante de suas classes hegemônicas no interior do Partido Comunista da Iugoslávia. Sucedendo-se a ascensão de forças e classes sociais de feroz sentimento xenófobo, nacionalista e antiétnico recíproco, o desfecho foi, como se sabe, sangrento (CRAWFORD; LIPSCHUTZ, 2002, pp.

169-170, 172-174). Todo o legado disto proporcionou uma presença de governos e ideologias de direita e de extrema direita nesta região.

A despeito das diferenças de totalidade histórica em todos estes casos, chama a atenção como a repulsa à experiência do modelo soviético e suas variantes mobilizaram elementos ideológicos de identificação com a extrema-direita no médio e longo prazos. Isto remete a mediações históricas referentes à manifestação ideológica de uma certa dose de aprovação de boa parte do aparato também de extrema-direita que precedeu cronologicamente todo o assim chamado período de experiência socialista. Por um lado, enfatizar a libertação perante os soviéticos se desdobrou até mesmo na criminalização das ideias comunistas, como aconteceu em alguns países desta região. Por outro, não aceitar o papel desempenhado pela União Soviética na luta contra o nazismo e contra o fascismo como uma importante vitória da civilização deixa em aberto uma visão que sugere uma leniência com ideias que se relacionam ao espectro ideológico da extrema-direita e de várias iniciativas afins ao fascismo que se manifestaram nestes países antes e durante a Segunda Guerra Mundial. Não ao acaso, uma onda nacionalista, de ideias extremistas de direita e xenófoba contra imigrantes se manifesta de modo contundente em vários destes países, com várias associações ao perfil de direita do período anterior à vitória soviética no conflito em questão.

BRASIL

Aspectos conjunturais mobilizam, no mais das vezes, as análises da ascensão de Bolsonaro no Brasil. Uma crise de hegemonia de longa duração iniciada em 2013 é um dos elementos de relações de força a ser considerado. Evocam-se narrativas revisionistas e autoritárias sobre a ditadura cívico-militar de 1964-1984 por parte daqueles que ideologicamente defendem o governo Bolsonaro, elemento ideológico bastante presente nos aparatos midiáticos de produção do consenso.

Há questões críticas de longo prazo a serem analisadas. Fala-se dos inúmeros resíduos autoritários deixados na transição da ditadura referida para o período posterior. Dentre eles, por exemplo, a ausência significativa de uma profunda reforma que abolisse as polícias militares, suas doutrinas de extermínio e o conjunto dos aspectos conservadores

que moldam as Forças Armadas, dentre outros. Mencionam-se “entulhos” autoritários, como a Lei de Segurança Nacional. Todos estes argumentos possuem sua pertinência. Porém, negligenciam-se nas análises alguns elementos de longa duração histórica que, de alguma forma, remetem às diferentes possibilidades de manifestação política autoritária na vida nacional com um fundamento muito mais sólido do que tais argumentos sugerem.

Várias análises canônicas sobre a gênese histórica nacional – marxistas ou não – apontaram a impossibilidade estrutural da democracia nos moldes liberais no Brasil, seja em termos concretos, seja em termos ideológicos, respeitadas as especificidades de cada diferente argumento. Vejamos alguns destas teses. Tratemos primeiro das análises não marxistas.

Raymundo Faoro (1984) evocou o nexos das origens do Estado no Brasil com aspectos do Estado português que deram ensejo a um estamento burocrático, um conjunto restrito de indivíduos que sempre tomaram as mais importantes decisões ao longo da nossa história, inviabilizando qualquer possibilidade de efetividade de uma soberania popular.

Sergio Buarque de Holanda (1994) formulou o desencontro entre as ideias liberais e as práticas políticas do Brasil ao longo de sua história, levando-o a situar que a democracia nunca passou de um grande mal-entendido na nossa trajetória.

Isso posto, passa-se às análises marxistas e delas tributárias.

O *leitmotiv* da análise de Caio Prado Junior (2000) é o sentido da colonização. Vários aspectos de nosso caráter colonial agrário, dependente, autoritário e atrasado em inúmeros aspectos se ligam em termos de uma longa duração que vem desde a colônia portuguesa.

Por fim, a tese da autocracia burguesa de Florestan Fernandes, que deterá a maior parte de nossa atenção. Sua tese de uma autocracia burguesa estrutural, de longa duração, foi sistematizada em livro escrito (FERNANDES, 2006) entre 1966 e 1973. Esta avaliação permite esboçar um nexos e uma tradução (em termos gramscianos) com a perspectiva hegemônica internacional nestes termos, que a despeito de remeter a passagem bastante longa, a mesma se justifica em face de sua enorme relevância (FERNANDES, 2006: p. 341-342):

Associaram-se ao imperialismo efeitos de inibição dos elementos políticos do capitalismo dependente (ou, alternativamente de diferenciação regressiva do poder burguês) que não são compatíveis com qualquer forma de dominação burguesa e, muito menos, com o tipo de dominação burguesa requerido, especificamente, pelas nações capitalistas

dependentes e subdesenvolvidas. Ignorou-se que a aprovação dual do excedente econômico – a partir de dentro, pela burguesia nacional; e, a partir de fora, pelas burguesias das nações capitalistas hegemônicas e por sua superpotência – exerce tremenda pressão sobre o padrão imperializado (dependente e subdesenvolvido) de desenvolvimento capitalista, provocando uma hipertrofia acentuada de fatores sociais e políticos da dominação burguesa. A extrema concentração social da riqueza, a drenagem para fora de grande parte do excedente econômico social, a consequente persistência de formas pré ou subcapitalistas de trabalho e a depressão medular do valor do trabalho assalariado, em contraste com altos níveis de aspiração ou com pressões compensadoras à democratização da participação econômica, sociocultural e política produzem e ingurgitam as funções especificamente políticas da dominação burguesa (quer em sentido autodefensivo, quer numa direção puramente repressiva). Criaram-se e criam-se, desse modo, requisitos sociais e políticos da transformação capitalista e da dominação burguesa que não encontram contrapartida no desenvolvimento das nações centrais e hegemônicas (mesmo onde a associação de fascismo com expansão do capitalismo evoca o modelo geral autocrático-burguês). Sobre esse aspecto, o capitalismo dependente e subdesenvolvido é um capitalismo selvagem e difícil, cuja viabilidade se decide, com frequência, por meios políticos e no terreno político. E, ao contrário do que se supôs e ainda se supõe em muitos círculos intelectuais, é falso que as burguesias e os governos das nações capitalistas hegemônicas tenham qualquer interesse em inibir ou perturbar tal fluxo do elemento político, pelo enfraquecimento provocado das burguesias dependentes ou por outros meios. Se fizessem isso, estariam fomentando a formação de burguesias de espírito nacionalista revolucionário (dentro do capitalismo privado) ou incentivando transições para o capitalismo de Estado e para o socialismo. Estariam, portanto, trabalhando contra os seus próprios interesses mais diretos, que consistem na continuidade do desenvolvimento capitalista dependente e subdesenvolvido.

Depreende-se, entre outros pontos, que aspectos do fascismo estão associados em termos de longa duração àqueles elementos que fundamentam a extração de excedentes da periferia dependente pelo centro capitalista hegemônico. O Brasil, à sua própria maneira, se liga em termos internos e internacionais a vários e desiguais condicionantes ligados ao fascismo no quadro mais amplo da hegemonia estadunidense.

Algumas hipóteses embrionárias podem se desdobrar da análise em questão – e também das outras reflexões acima elencadas - para se tentar buscar uma tradução do plano internacional para o plano interno brasileiro.

Considerando-se a relevância da hegemonia estadunidense, não há como negar que ela joga importante papel no sentido de difundir e mediar, de várias e diferentes formas, a tradução das ideias e condições materiais que possibilitam o terreno fértil para o advento de governos e programas, de alguma forma, afins ao fascismo, à direita e à extrema-direita.

Desdobra-se uma primeira hipótese, qual seja, a de que elementos autoritários ou do fascismo apontados pelos distintos autores marxistas se fazem presentes e traduzidos de forma diversa historicamente nas condições do capitalismo dependente e hegemônico brasileiro, com características que quase não encontram par nos casos europeus e norte-americanos. Essa caracterização permite um desdobramento relevante para uma segunda hipótese.

A segunda hipótese se relaciona ao fato de que a fragilidade e a superficialidade dos direitos da classe trabalhadora no Brasil nunca produziu uma substância equiparável e comparável à Europa, consistindo, na prática, em uma concretude muito pouco substantiva do ponto de vista histórico para que se traduzisse em termos de uma consciência difusa que transcendesse a percepção de que os problemas pudessem ser resolvidas no plano individual. Bolsonaro se aproveita disto para se comunicar com boa parte da classe trabalhadora.

Como desdobramento disto, é posto em evidência no plano da consciência das frações da classe trabalhadora a noção de *status*, uma tendência muito mais forte que a comoção pela perspectiva de direitos, historicamente muito mais frágeis no Brasil e no sul global que nos países europeus e nos Estados Unidos. A perspectiva de uma consciência individualista, elencada por Gramsci como uma das possibilidades e componentes da análise dos momentos das relações de força, aparece traduzida (no sentido gramsciano) aqui. Tal aspecto se liga ao patamar e à imagem que significativa parcela das classes trabalhadoras brasileiras constroem de si. “Você é o cara”, “o problema é todo o resto, a burocracia que atrapalha tudo, deixa de mimimi”. Essa é a linguagem bolsonarista que alcança muitos dos simples, que sentem pavor de perder o *status* recém alcançado relativo a uma ascensão e mobilidade sociais, em boa medida concretizado nos governos petistas. Tal dimensão subjetiva (PINHEIRO-MACHADO, 2021) se liga a um componente desigual e combinado que se faz presente em termos de longa duração nas sociedades racistas, estratificadas e que estigmatizam a miséria do Sul global, fazendo com que os que estão um pouco acima da linha de pobreza se identifiquem com os do topo da pirâmide, votando na extrema-direita numa coalizão de classes que visa destruir as assim chamadas políticas distributivas.

Há que se levar em conta também o conjunto dos aspectos ideológicos que marcam o espectro ideológico conservador de longa duração que se traduz historicamente de

diferentes formas, através das igrejas neopentecostais, dentre outros aparatos de produção da hegemonia, que jogam importante papel neste momento histórico.

CONCLUSÃO

Como se desdobra da análise de relações de força, combinam-se elementos estruturais e superestruturais de longa duração e de conjuntura, sem que se pautem por uma perspectiva unidimensional para analisar o nexo entre nacional e internacional. Entender a combinação entre neoliberalismo e extrema-direita nas temporalidades históricas do início do século XXI passa por atender para todos os aspectos acima apontados.

A grande interrogação que esta reflexão inicial suscita remete ao nexo entre o fascismo, suas variantes e aproximações como subprodutos, resíduos ou mesmo forças relevantes em termos da avaliação da análise das relações de força na formação da hegemonia estadunidense. Um ponto pouco explorado, conforme reiterado neste texto.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor. **Aspectos do novo radicalismo de direita**. São Paulo: Unesp, 2020.
- ADORNO, Theodor. **Estudos sobre a personalidade autoritária**. São Paulo: Unesp, 2019.
- BIELER, Andreas; MORTON, Adam David. **Global capitalism, global war, global crisis**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.
- BUCCI-GLUCKSMANN, Christine; THERBORN, Goran. **Le défi social-démocrate**, Paris: François Maspero, 1981.
- CRAWFORD, B. ; LIPSCHUTZ, R. D. Discourses of war: security and the case of Yugoslavia. In: KRAUSE, K.; WILLIAMS, M. C. (org.). **Critical security studies: concepts and cases**. London: University College London Press, 2002, p. 149- 185.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato brasileiro**, Porto Alegre: Globo, 1984.
- FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**, São Paulo: Globo, 2006.
- GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del Carcere**, Torino: Einaudi, 1977.
- HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**, Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.
- JESSOP, Bob. Neoliberalization, uneven development, and Brexit: further reflections on the organic crisis of the British state and society. **European planning studies**, v. 26, n. 9, p. 1728-1746, 2018.
- JESSOP, Bob. The organic crisis of the British state: Putting Brexit in its place. **Globalizations**, v. 14, n. 1, p. 133-141, 2017.
- LOSURDO, Domenico. **A ideologia do império: léxico da ideologia estadunidense**, São Paulo: Boitempo, 2010.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana. O que Lula deu e Bolsonaro abocanhhou. **El País**. 21 de junho de 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opiniao/2021-06-21/o-que-lula-deu-e-bolsonaro-abocanhhou.html>. Acesso em 9 de agosto de 2021.
- PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia**. São Paulo: Brasiliense, Publifolha, 2000.
- ROSENBERG, Justin; BOYLE, Chris. Understanding 2016: China, Brexit and Trump in the history of uneven and combined development. **Journal of Historical Sociology**, 2019, n. 32, p. e32-e58.
- SHIELDS, Stuart. **The international political economy of transition: Neoliberal hegemony and Eastern Central Europe's transformation**. London, New York: Routledge, 2012.
- WIGGERSHAUS, Rolf. **A Escola de Frankfurt: história, desenvolvimento teórico, significação política**. Rio de Janeiro: Difel, 2006.

¹ Docente da FFC-Unesp de Marília. Endereço eletrônico: rodrigo.passos@unesp.br

Recebido em 24 de novembro de 2021

Aceito em 24 de novembro de 2021

Editado em novembro de 2021